ISSN: 2358-8829

DISCURSO, PODER E LINGUÍSTICA APLICADA CRÍTICA: O MANUAL DO PROFESSOR COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Breno Silva Andrade [1]
Manassés Morais Xavier [2]

INTRODUÇÃO

A Linguística Aplicada (LA), em seu percurso de constituição e transformação epistemológica, tem ampliado suas possibilidades de investigação ao compreender que os fenômenos da linguagem estão relacionados às condições históricas, sociais, políticas e ideológicas em que se constituem. Essa perspectiva supera concepções que tratam a linguagem como sistema autônomo e o conhecimento científico como produção neutra, reconhecendo o caráter situado dos saberes e a participação dos discursos na construção da realidade social. Nesse movimento, a LA consolida-se como um campo aberto ao diálogo com diferentes áreas do conhecimento e atento às questões que emergem da vida social (Kleiman; Vianna; De Grande, 2019; Moita Lopes; Fabrício, 2019).

Desse deslocamento emerge a relevância da Linguística Aplicada Crítica (LAC), que compreende a linguagem como prática social e política, atravessada por relações de poder. Nessa perspectiva, os discursos não apenas representam a realidade, mas também participam de sua produção, legitimando determinadas concepções de sujeito, identidade e participação social. Assim, as práticas de educação linguística precisam ser problematizadas para além de sua dimensão pedagógica, considerando os processos de hierarquização dos conhecimentos e as ideologias que atravessam o ensino (Pennycook, 2006; Moita Lopes; Fabrício, 2019).

Essa discussão ganha particular importância quando direcionada aos materiais didáticos, compreendidos como produções culturais que veiculam concepções de linguagem, ensino, aprendizagem e formação humana. No contexto brasileiro, o

[1]Mestrando em Linguagem e Ensino, Universidade Federal de Campina Grande, ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6219-5654,E-mail: brenosilvaandrade@hotmail.com
[2]Doutor em Linguística, Universidade Federal de Campina Grande,https://orcid.org/0000-0002-2628-8183, E-mail: manasses.morais@professor.ufcg.edu.br

Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), ao estabelecer critérios de avaliação e seleção das obras destinadas às escolas públicas, participa da configuração dos discursos que circulam nesses materiais. Entre eles, o manual do professor assume relevância por apresentar fundamentos teóricos, orientações metodológicas e sugestões de encaminhamento pedagógico, participando da construção de representações sobre o trabalho docente e os processos de ensino e aprendizagem (Brasil, 2018; Gomes, 2020; Mendes; Lima, 2025).

Embora o manual seja frequentemente apresentado como instrumento de apoio à atuação docente, suas orientações também estabelecem expectativas sobre o que significa ensinar, aprender e desenvolver uma educação linguística crítica. Desse modo, esses materiais podem ser compreendidos como espaços de articulação entre saberes acadêmicos, prescrições curriculares e projetos de formação, nos quais se manifesta uma tensão entre a valorização da autonomia docente e os mecanismos de orientação e regulação das práticas pedagógicas.

Diante disso, este artigo tem como objetivo discutir, à luz das contribuições da Linguística Aplicada Crítica, o manual do professor como espaço de circulação de discursos, produção de sentidos e regulação das práticas pedagógicas, considerando sua participação na constituição de concepções de linguagem, ensino e atuação docente. Para tanto, desenvolve-se uma reflexão de natureza teórica, fundamentada em estudos sobre os deslocamentos epistemológicos da LA, a dimensão política da linguagem e as relações entre discurso, conhecimento e poder.

A discussão organiza-se em três movimentos: inicialmente, abordam-se os deslocamentos epistemológicos da Linguística Aplicada e a emergência de perspectivas críticas; em seguida, discutem-se as relações entre linguagem, poder e produção de sentidos na contemporaneidade; por fim, essas reflexões são articuladas à compreensão do manual do professor como material pedagógico que, ao mesmo tempo que orienta a atuação docente, participa da legitimação de saberes e da regulação das práticas escolares.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma discussão de natureza teórica, desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa e interpretativa, tendo como eixo as contribuições da Linguística Aplicada, especialmente em sua vertente crítica, para a

compreensão das relações entre linguagem, discurso, poder e educação. O percurso adotado fundamenta-se na articulação de discussões bibliográficas acerca dos deslocamentos epistemológicos da área, da dimensão política da linguagem e dos processos de produção e legitimação dos conhecimentos, relacionando-as à reflexão sobre os materiais didáticos e, particularmente, sobre o manual do professor.

Para a construção dessa discussão, foram mobilizadas contribuições de pesquisadores como Moita Lopes e Fabrício (2019), Pennycook (2006), Kleiman, Vianna e De Grande (2019), Foucault (2021) e outros autores presentes no debate sobre a constituição contemporânea da Linguística Aplicada. Também foram consideradas reflexões acerca dos materiais didáticos e das políticas educacionais, especialmente aquelas relacionadas ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), de modo a estabelecer aproximações entre os pressupostos da Linguística Aplicada Crítica e as formas de organização do trabalho pedagógico.

O desenvolvimento da reflexão ocorreu por meio da articulação interpretativa dessas contribuições, buscando compreender como as relações entre discurso, conhecimento e poder permitem problematizar o manual do professor para além de sua função instrumental. Não se pretendeu realizar uma análise de exemplares específicos ou estabelecer categorias de investigação empírica, mas construir uma discussão teórica que evidencie as tensões entre orientação pedagógica, autonomia docente e regulação das práticas escolares. Desse modo, o percurso metodológico está orientado pela problematização dos sentidos e dos posicionamentos ideológicos que atravessam a constituição dos materiais destinados à educação linguística.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Linguística Aplicada Crítica: deslocamentos epistemológicos e produção do conhecimento

A compreensão da Linguística Aplicada (LA) como campo de investigação exige considerar os deslocamentos epistemológicos que ampliaram suas possibilidades de interlocução com diferentes áreas do conhecimento. Distanciando-se de perspectivas que restringiam sua atuação à aplicação de teorias linguísticas ao ensino de línguas, a LA passou a incorporar abordagens interdisciplinares, transdisciplinares e indisciplinares,

buscando compreender a complexidade dos fenômenos relacionados à linguagem e à vida social (Kleiman; Vianna; De Grande, 2019; Moita Lopes; Fabrício, 2019).

Esse movimento também implica reconhecer que a produção do conhecimento é situada e atravessada pelos posicionamentos de quem pesquisa. Conforme discutem Moita Lopes e Fabrício (2019), as escolhas teóricas e analíticas não são neutras, pois participam da constituição dos objetos investigados e dos sentidos atribuídos a eles. Em diálogo com essa perspectiva, Foucault (2021) permite compreender a investigação como uma prática de problematização dos saberes e dos processos históricos e discursivos que tornam determinados conhecimentos legítimos.

É nesse horizonte que a Linguística Aplicada Crítica assume relevância, ao problematizar as relações entre linguagem, conhecimento e poder. Pennycook (2006), ao propor uma Linguística Aplicada transgressiva, defende o questionamento de pressupostos estabilizados e das hierarquias que determinam quais perspectivas são reconhecidas como legítimas. Essa postura permite examinar como determinadas práticas discursivas reproduzem desigualdades e marginalizam sujeitos e formas de conhecimento.

As discussões de Mignolo (2000) sobre colonialidade e pensamento de fronteira ampliam essa reflexão ao evidenciar a necessidade de reconhecer conhecimentos produzidos em contextos historicamente subalternizados. Desse modo, a LA crítica questiona a universalização de modelos epistemológicos hegemônicos e valoriza a compreensão das práticas de linguagem em suas especificidades históricas e sociais, reconhecendo os conflitos que atravessam a produção dos sentidos (Moita Lopes; Fabrício, 2019).

3.2 Linguagem, poder e produção de sentidos na contemporaneidade

As transformações contemporâneas, especialmente a intensificação da globalização, ampliaram a circulação de textos, discursos e conhecimentos, aproximando diferentes sujeitos, culturas e práticas sociais. Esse cenário, embora marcado por interesses econômicos e relações assimétricas de poder, também evidencia a heterogeneidade das experiências humanas e desafia perspectivas homogeneizadoras. Nesse contexto, a noção de superdiversidade, discutida por Vertovec (2005 apud Moita

Lopes; Fabrício, 2019), contribui para compreender a multiplicidade de repertórios linguísticos, culturais e identitários que constituem as interações sociais.

A expansão das tecnologias digitais intensifica essa dinâmica, possibilitando que textos e discursos sejam retomados e ressignificados em diferentes contextos. Os memes, por exemplo, articulam enunciados, imagens e referências culturais para produzir efeitos de sentido que dependem das condições de circulação e dos repertórios dos sujeitos. Essas práticas evidenciam que a significação não se restringe à materialidade verbal, mas envolve diferentes recursos semióticos e experiências socioculturais (Moita Lopes; Fabrício, 2019). Como argumenta Moita Lopes (2013), é necessário compreender a linguagem em sua relação constitutiva com o mundo social, considerando os valores e posicionamentos que participam dos processos de significação.

Entretanto, a ampliação dos contatos entre diferentes culturas não garante relações mais igualitárias. A circulação de discursos também pode reproduzir valores hegemônicos e contribuir para o apagamento de experiências e saberes locais, sobretudo quando conhecimentos produzidos em contextos periféricos são submetidos a modelos universalizantes de interpretação (Figueredo, 2019; Mendes; Lima, 2025). Assim, a diversidade de repertórios convive com processos de hierarquização que determinam quais formas de conhecimento recebem reconhecimento social.

No campo educacional, essa problemática exige atenção às referências culturais mobilizadas nas práticas de ensino e às experiências dos estudantes. A valorização de determinados conhecimentos em detrimento de outros pode reproduzir hierarquias simbólicas e limitar as possibilidades de participação dos sujeitos. Desse modo, pensar a linguagem na contemporaneidade implica reconhecer que os processos de significação são atravessados por disputas e relações de poder, o que reforça a importância de uma abordagem crítica dos materiais didáticos e dos discursos que circulam no espaço escolar (Pennycook, 2023; Mendes; Lima, 2025).

3.3 O manual do professor: entre orientação pedagógica e regulação discursiva

As discussões sobre linguagem, poder e produção do conhecimento permitem compreender os materiais didáticos como produções culturais atravessadas por posicionamentos teóricos, políticos e ideológicos. No contexto brasileiro, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), ao estabelecer critérios de avaliação

e seleção das obras destinadas às escolas públicas, participa da circulação de determinadas concepções de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, os livros didáticos não apenas apresentam conteúdos, mas também organizam possibilidades de interação e posicionamento diante dos discursos sociais (Brasil, 2018; Gomes, 2020).

Entre os componentes desses materiais, o manual do professor assume uma posição estratégica por apresentar fundamentos teóricos, orientações metodológicas e sugestões para o desenvolvimento das atividades. Sua função, portanto, ultrapassa a complementação das informações disponíveis no livro do estudante, uma vez que também oferece referências para a organização do trabalho docente e para a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem. Ao fazê-lo, participa da construção de representações sobre a docência e sobre as responsabilidades atribuídas aos sujeitos escolares (Mendes; Lima, 2025).

A incorporação de princípios relacionados às práticas sociais de linguagem, aos multiletramentos, à cultura digital e à valorização das identidades plurais evidencia a tentativa de aproximar as propostas pedagógicas das demandas contemporâneas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao estabelecer competências e habilidades para a formação dos estudantes, também orienta a organização dessas propostas, destacando a participação em diferentes campos de atuação social (Brasil, 2018). Nesse contexto, espera-se que o professor promova experiências de linguagem que favoreçam a mobilização de diferentes recursos semióticos e a participação crítica dos estudantes.

Entretanto, as orientações presentes nos manuais precisam ser examinadas à luz das relações de poder que atravessam o trabalho pedagógico. Embora reconheçam a importância da autonomia docente e das especificidades dos contextos escolares, esses materiais também sugerem percursos metodológicos, antecipam expectativas de aprendizagem e delimitam possibilidades de atuação. Configura-se, assim, uma tensão entre a oferta de subsídios para o ensino e os mecanismos de orientação e regulação das decisões pedagógicas. Como propõe Pennycook (2006), até mesmo perspectivas que se apresentam como críticas precisam ser continuamente problematizadas, pois podem reproduzir novas formas de normatização.

As contribuições de Foucault (2021) permitem aprofundar essa discussão ao evidenciar que os discursos participam da organização das relações entre saber e poder, produzindo efeitos sobre o reconhecimento de determinados conhecimentos e práticas como legítimos. Sob esse enfoque, o manual do professor integra um conjunto de

ISSN: 2358-8829

dispositivos institucionais e discursivos que orientam os modos de compreender e organizar a educação. Essa reflexão também se aproxima de Freire (2019), para quem a prática educativa exige uma postura crítica diante dos conhecimentos e das relações que constituem a formação, reconhecendo os sujeitos como participantes ativos da construção do saber.

Desse modo, o manual do professor pode ser compreendido como espaço de articulação entre políticas educacionais, saberes acadêmicos, interesses editoriais e projetos de formação. Ao mesmo tempo que oferece subsídios para a organização das práticas pedagógicas, também projeta expectativas sobre os sujeitos escolares e estabelece referências acerca da atuação docente. Refletir sobre esse material a partir da Linguística Aplicada Crítica significa, portanto, deslocar o olhar de sua função instrumental para sua dimensão discursiva e política, problematizando as concepções de linguagem, ensino e formação que orientam sua produção e circulação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida neste trabalho buscou compreender, à luz das contribuições da Linguística Aplicada Crítica, o manual do professor como um espaço de circulação de discursos, produção de sentidos e regulação das práticas pedagógicas. Ao longo do percurso teórico, procurou-se evidenciar que a compreensão dos materiais didáticos exige ultrapassar sua dimensão instrumental, considerando os posicionamentos teóricos, políticos e ideológicos que atravessam sua produção e participação nos processos de escolarização.

As reflexões sobre os deslocamentos epistemológicos da Linguística Aplicada permitiram reconhecer que a produção do conhecimento está situada em condições históricas e sociais específicas, não podendo ser dissociada das relações de poder que participam da legitimação de determinados saberes. Nesse sentido, assumir uma perspectiva crítica implica questionar concepções naturalizadas e reconhecer que os discursos não apenas representam a realidade, mas também participam de sua constituição. Essa compreensão mostrou-se particularmente relevante para discutir os materiais didáticos, uma vez que suas propostas e orientações também expressam modos específicos de compreender a linguagem, o ensino e os sujeitos escolares.

ISSN: 2358-8829

No que diz respeito ao manual do professor, a discussão evidenciou a importância de compreendê-lo como um material que ultrapassa a função de oferecer subsídios metodológicos ao docente. Ao apresentar fundamentos teóricos, orientações pedagógicas e expectativas de aprendizagem, esse documento participa da circulação de concepções educacionais e da construção de representações sobre a atuação docente. Sua dimensão discursiva revela-se, portanto, na maneira como determinadas perspectivas de ensino são legitimadas e incorporadas às orientações destinadas à organização do trabalho pedagógico.

Um dos principais aspectos evidenciados nessa reflexão diz respeito à tensão entre orientação pedagógica e regulação discursiva. Embora os manuais possam ampliar as possibilidades de atuação docente, oferecer repertórios teórico-metodológicos e incentivar práticas comprometidas com a diversidade e a criticidade, também estabelecem referências que orientam e delimitam determinadas possibilidades de ação. Essa tensão não significa compreender tais materiais como instrumentos de controle absoluto sobre o professor, mas reconhecer que suas orientações integram relações institucionais e discursivas mais amplas, nas quais se encontram em disputa diferentes concepções de educação e formação humana.

Desse modo, a contribuição da Linguística Aplicada Crítica para essa discussão reside, sobretudo, na possibilidade de desenvolver uma leitura problematizadora dos materiais didáticos, considerando não apenas aquilo que explicitamente apresentam, mas também os posicionamentos e as concepções que sustentam suas propostas. Trata-se de reconhecer que as orientações pedagógicas não estão dissociadas de projetos de formação e de sociedade, o que torna necessário questionar quais conhecimentos são legitimados, quais sujeitos são representados e quais possibilidades de participação são reconhecidas no interior das práticas escolares.

Por fim, compreende-se que o manual do professor constitui um espaço relevante para investigações interessadas nas relações entre linguagem, discurso, poder e educação. As reflexões aqui desenvolvidas não esgotam as possibilidades de discussão sobre o tema, mas apontam para a necessidade de estudos que aprofundem a compreensão dos materiais didáticos como produções culturais e discursivas historicamente situadas. Nessa direção, a análise de manuais vinculados às diferentes coleções aprovadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático pode constituir um desdobramento investigativo pertinente, especialmente para compreender como os discursos sobre autonomia,

criticidade, diversidade e formação docente são materializados em orientações destinadas ao trabalho pedagógico.

Palavras-chave: Linguística Aplicada Crítica; Discurso; Relações de Poder; Manual do Professor; Materiais Didáticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

FIGUEREDO, C. J. O falante nativo de inglês versus o falante não-nativo: representações e percepções em uma sala de aula de inglês. *Revista Linguagem & Ensino*, v. 14, n. 1, p. 67-92, 2019.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GOMES, R. Práticas de leitura de compreensão responsiva ativa e letramento crítico em livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio. *Calidoscópio*, v. 18, n. 3, p. 691-713, 2020. DOI: https://doi.org/10.4013/cld.2020.183.11.

KLEIMAN, A.; VIANNA, C. A. D.; DE GRANDE, P. B. A Linguística Aplicada na contemporaneidade: uma narrativa de continuidades na transformação. *Calidoscópio*, v. 17, n. 4, p. 724-742, 2019.

LEMKE, J. L. *Textual politics: discourse and social dynamics*. London: Taylor and Francis, 1995.

MENDES, G. T.; LIMA, F. S. Linguística Aplicada Crítica e análise de material didático: reflexões para a realidade local brasileira. *Entretextos*, Londrina, v. 25, n. 1, p. 256-280, 2025. DOI: https://doi.org/10.5433/1519-5392.2025v25n1p256-280.

MIGNOLO, W. *Local histories: global knowledges and border thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MOITA LOPES, L. P. Gênero, sexualidade, raça em contextos de letramentos escolares. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Linguística aplicada na modernidade recente*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MOITA LOPES, L. P.; FABRÍCIO, B. F. Por uma 'proximidade crítica' nos estudos em Linguística Aplicada. *Calidoscópio*, v. 17, n. 4, p. 711-723, 2019.

PENNYCOOK, A. Linguística Aplicada indisciplinar como amálgama epistêmico. In: BORBA, R.; FABRÍCIO, B. F. (org). *Oficina de linguística aplicada indisciplinar*. Campinas, SP: EDITORA DA UNICAMP, 2023.

ISSN: 2358-8829

PENNYCOOK, A. Uma Linguística Aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-84.

RAJAGOPALAN, K. Caminhos, percalços e encontros na Linguística Aplicada. In: SILVA, W. R. (org.). *Contribuições da Linguística Aplicada: uma homenagem a Inês Signorini*. São Paulo: Pontes, 2021.